



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às 19h31min do dia 15/3/16, no Plenário Helvécio Arantes, o presidente, vereador Márcio Almeida, após registrar o horário mencionado, e com a presença do vereador Veré da Farmácia, declarou que a Comissão de Saúde e Saneamento da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH - deixava de reunir-se, extraordinariamente, por falta de quórum. Mesmo não havendo quórum o presidente deliberou pela realização, na ORDEM DOS TRABALHOS, da audiência pública com a “finalidade de discutir a política de enfrentamento e combate às drogas em Belo Horizonte com enfoque na região do Barreiro”. Registre-se que esta audiência realizou-se por iniciativa do vereador Veré da Farmácia, conforme o Requerimento nº 6/16. O presidente suspendeu os trabalhos por 15 minutos às 19h31min. O presidente reabriu os trabalhos às 19h33min. Foram convidados para esta audiência: a) o coordenador da Pastoral “Terra da Sobriedade” da Região do Barreiro, Eduardo Soares; b) o presidente da Associação Comunitária do Bairro Milionários e Adjacências, José Márcio Silveira Rezende; c) o advogado Héverton Henrique Santos, representante da sociedade civil e palestrante; d) o coordenador do Programa de Política sobre Drogas, Júlio César de Meira Cunha, representante da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH. O vereador Márcio Almeida passou a presidência ao vereador Veré da Farmácia. Este assumiu a presidência. Declarou que a motivação para a realização desta audiência pública originou-se dos anseios dos comerciantes da região do Barreiro. Relacionou vários nomes de autoridades da PBH e de outros órgãos públicos que não compareceram. Lamentou tantas ausências de autoridades e comerciantes que foram convidados. Relatou o impacto da venda



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e consumo de drogas na região, inclusive com a ocorrência de homicídio. O presidente convidou o empresário da região do Barreiro Jackson Dias Moraes a tomar assento à mesa. Héverton Henrique Santos agradeceu a todos aqueles que se fizeram presentes nesta audiência pública. Registre-se a presença do vereador Juliano Lopes. Héverton Henrique Santos mencionou o alto índice de mortes por envolvimento com o mundo das drogas. O presidente anunciou a presença do assessor jurídico do deputado estadual Anselmo José Domingos, Paulo Henrique - "PH", representante, neste ato, do parlamentar. Ewerton Henrique Santos salientou a falta de uma política efetiva no Brasil de combate às drogas. Destacou a necessidade de uma discussão ampla com todas as esferas de poder junto aos cidadãos que trabalham e são bem intencionados para que o grande número de assaltos, violência, roubo em decorrência do uso e tráfico de drogas. Anunciou a apresentação de um vídeo em que são exibidas cenas da presença de usuários de crack e outras drogas ao longo da Avenida Antônio Carlos, como também de traficantes e depoimentos da comunidade. Foi relatado ainda como os efetivos da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - têm abordado os problemas apresentados. Ewerton Henrique Santos lamentou ser este um quadro comum tanto nesta Capital quanto no país inteiro. Lamentou também as leis, especialmente federais, de combate às drogas ou ainda inerentes ao Código Penal e Processual Penal que permitem a existência de lacunas no combate a vários crimes. Mencionou o comportamento dos usuários de drogas em relação às práticas de furto, roubo, latrocínio entre outros. Comentou nas cenas exibidas pelo vídeo produzido os comportamentos de uso de armas pelos usuários ou revendedores de drogas entre outras. Apontou os altos custos que tem incidido para os comerciantes que além de terem que pagar vários impostos, sustentar família, custos em elevação na economia, tem também que sustentar vários infratores por sofrerem ações criminosas destes últimos praticantes de furtos e assaltos em quantidade. Preconizou a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

realização de ações que ao menos minimizassem os graves problemas relatados. O vereador Juliano Lopes parabenizou a iniciativa de realização desta audiência pública. Lamentou as ausências da Secretária Municipal de Educação Sueli Maria Baliza Dias; o Secretário Municipal de Saúde, Fabiano Geraldo Pimenta Júnior; o secretário municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, Hélio dos Santos Júnior; a secretária municipal de Políticas Sociais, Luzia Maria Ferreira; a secretária municipal adjunta de Direitos de Cidadania, Maria Gláucia Costa Brandão; a Coordenadora de Direitos Humanos, Luciana Crepaldi; a coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário, Promotora de Justiça Nívia Mônica da Silva; o secretário de Administração Regional Municipal Barreiro, Wanderley Araújo Porto Filho; o comandante do 41º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, Tenente Coronel Messias Alan de Magalhães; o deputado federal Marcelo Álvaro Antônio e o 1ª Delegado de Polícia Civil do Barreiro, Erick Pacheco. Destacou que em reuniões com realização de audiências públicas que vem realizando tem constatado a maciça ausência de representantes da PBH de forma reiterada. Salientou a importância de convocarem-se as autoridades municipais e não convidá-las porque a CMBH vem sendo desrespeitada sistematicamente pela PBH. Ponderou que não somente na região do Barreiro, mas em toda Belo Horizonte as drogas avançaram de forma intensa. Lamentou a vulnerabilidade da população de maneira geral em relação a assaltos, furtos e roubos com casos de morte. Citou ruas Coronel Severiano, Olinto Meireles entre outras como focos de presença de usuários de droga, traficantes e violência. Disse que como morador e comerciante da Região do Barreiro prometeu se empenhar no sentido de trabalhar contra tal situação. O presidente convidou a tomar assento à mesa Elias Pereira representante da Vila Cemig. Paulo Henrique relatou a decepção do deputado estadual Anselmo José Domingos com o alto índice de assaltos na



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

região do Barreiro o qual também já foi vítima. Criticou o alto índice de violência decorrente do mundo das drogas nesta Capital. Declarou que o deputado estadual Anselmo José Domingos é presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Turismo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG - e entende o papel do esporte e do lazer como instrumento de afastamento das crianças e jovens do mundo das drogas. Relatou que pela formação familiar que teve conseguiu não se ver alvo das drogas. Criticou a contínua diminuição de campos de futebol e espaços de lazer para a população nesta Capital. Disse que a PBH não tem demonstrado conhecimento adequado para o cadastramento dos jovens e da população em iniciativas voltadas às práticas esportivas. Mencionou alternativa de iniciativa legislativa em que as empresas receberiam desconto no imposto a que estariam obrigadas a pagar caso investissem em práticas de esporte e lazer para a população. Jackson Dias Morais comentou como está disseminado o comércio de drogas na região com ampla incidência de pontos de droga por toda uma região. Ponderou as questões sociais que incentivam a difusão das drogas. Advogou iniciativas como as atividades desenvolvidas pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD - iniciativa de autoria da PMMG junto às escolas que surte grandes resultados. Mencionou as condições dos usuários que espelham imagens de abandono e degradação pessoal que causam um sentimento de tristeza. Elias Pereira saudou os presentes. Falou da importância e essencialidade da abordagem dos problemas decorrentes do uso e tráfico das drogas. Disse que a comunidade não suporta mais, a igreja também não suporta mais e o mesmo acontece com os comerciantes o cenário de violência existente. Disse que mora numa comunidade com 12.000 habitantes instalados num mesmo lugar como uma “lata de sardinha” sem oportunidade de praticar um esporte entre outras. Destacou o assédio que a mídia faz com os jovens mostrando um mundo que estes passam a desejar sem condições de dele se



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apropriar. Criticou a falta de apoio a programa denominado “Curumim” que se apresentava como uma opção em socorro aos jovens. Disse que este programa acabou por falta de apoio. Disse que se todos não abrirem os olhos ocorrerá uma avalanche cada vez maior destruindo a sociedade. Perguntou aos presentes quanto tempo ainda demandaria para os comerciantes continuarem a ser comerciantes, os usuários de ônibus poderem circular, as balas perdidas se tornarem em balas encontradas. Disse que levará esta temática ao deputado estadual Marcelo Álvaro Antônio. Lamentou que o jovem excluído não tem opção pois a polícia “vai pra cima dele” seja responsável ou não pela prática de algum delito. Disse que no mundo da Segurança Pública “a coisa é mais séria”. O vereador Márcio Almeida saudou os presentes. Parabenizou o vereador Veré da Farmácia pela realização desta audiência pública. mencionou a ação de uma comissão de combate ao crack e outras drogas que não prosperou na CMBH. Concordou com a fala do vereador Juliano Lopes, especialmente pela qualidade de suas intervenções. Comentou a alta incidência de usuários de drogas nos centros de saúde e nas unidades de pronto-atendimento - Upas. Relatou alto índice de reclamações contra usuários de drogas na Região do Barreiro, como também no restante de toda esta Capital. Ponderou as falhas existentes em todos os entes da nação seja, o Município, o Estado e a União. Relatou a existência, da parte do Município seja do Projeto Curumim que na região do bairro Cidade Nova funciona, como também as unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), além da implantação de câmeras do Programa Olho Vivo. Acrescentou ainda a melhoria da iluminação pública. Criticou o fim do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD - pelo governo do Estado de Minas Gerais. mencionou casos de violência que foram divulgados na região da Vila Cemig. Destacou a importância de cobrança ao governo do Estado de Minas Gerais por mais policiamento ostensivo. Lamentou ser comum a presença de muitos policiais durante o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dia dentro dos quartéis. Mencionou que o policiamento tem ocorrido de forma adequada na frente de instituições bancárias, mas não em proteção à população. Mencionou ainda assalto que sofreu na Rua dos Caetés onde não encontrou qualquer policial sequer. Disse que quando a vítima é um policial logo surgem várias viaturas. Refletiu a incidência de um certo desânimo nas corporações policiais. Mencionou a gravidade da violência praticada contra mulheres, idosos e crianças por criminosos. Criticou o parcelamento dos salários dos servidores públicos estaduais pela atual Administração Pública Estadual. Héverton Henrique Santos comentou que a PMMG convocou 2.000 policiais durante as últimas manifestações ocorridas contra a corrupção e o governo. Questionou a falta de policiamento nos bairros. O vereador Marcio Almeida questionou tal situação. Disse que o policiamento está fortemente implantado na região do hipercentro. Questionou se os policiais não estariam mais desejosos de fazerem o policiamento nas ruas e trabalharem somente em setores administrativos. O presidente comentou o expediente da internação compulsória à qual o Partido dos Trabalhadores foi contra enquanto proposta legislativa. Sugeriu que o prefeito Marcio Araujo de Lacerda acolhesse proposta de proporcionar aos usuários oportunidade de tratamento compulsório quando se encontra em condições críticas. Héverton Henrique Santos comentou a dificuldade de se tratar os usuários. Parabenizou o vereador Veré da Farmácia pela apresentação desta proposta. Eduardo Soares comentou como a degradação prospera no meio dos usuários das drogas. Comentou o cenário atual em que está prevista a realização de Olimpíada no Brasil. Disse do período da Copa do Mundo de futebol realizada no Brasil em 2014 em que os usuários de drogas foram retirados das ruas. Disse dos lamentos dos pais e dos filhos dependentes químicos diante da realidade de vícios. Relatou caso pessoal em que foi dependente químico durante 20 anos. Relatou ainda que no momento é um doente cuja doença está estacionada. Destacou que a epidemia das



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

drogas mata muito mais que as doenças da “moda” como Zika vírus, Dengue, pois a primeira mata todos os dias contingente da população volumoso. Disse que se existe um serviço de inteligência na Polícia Civil este seria deficiente, pois todos sabem onde se encontram as “cracolândias” e os pontos de venda de drogas. Comentou que os postos de saúde públicos estão “pedindo socorro” por não saberem lidar com a realidade da dependência química. Disse que os usuários procuram o posto de saúde público na ânsia de serem vistos pela família e pela sociedade como pessoas recuperáveis. Criticou o que acredita como intenção da PBH em tentar acabar com as comunidades terapêuticas como centros de recuperação das drogas. Destacou que quando procurou a “Pastoral da Sobriedade” iniciou sua luta contra a dependência química. Disse que usou drogas na morte de seu irmão, no cemitério durante o enterro de seu pai. Acrescentou que recebeu “um choque de realidade” quando seu filho disse: “eu não quero que o senhor vá ao cemitério usar droga na minha morte”. Relatou que faz palestras nas comunidades com grande impacto junto a todos. Vaticinou que nas próximas olimpíadas possivelmente os usuários de droga serão retirados das ruas em caráter temporário. Mencionou as ausências das autoridades e representantes da sociedade civil que foram convidados e parece que não teriam nada em relação com a realidade em comento nesta audiência pública. Parabenizou a todos aqueles que se fizeram presentes nesta audiência pública. Jose Márcio Silveira Rezende comentou que na Regional Barreiro há uma equipe de assistência social que cuida dos andarilhos. Disse que só recentemente descobriu a existência desta equipe. Questionou se alguém presente já teria visto a ação desta equipe. Relatou a presença de andarilhos por vasta área dentro da Região do Barreiro e nunca viu também a presença de tal equipe. Questionou a ação das câmeras do Programa “Olho Vivo”, como também o possível reparo destas câmeras. Disse que as câmeras já foram implantadas há dois anos e vem sendo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

arrancadas por meliantes periodicamente. Questionou a ausência de policiamento em fiscalização destas ações. Disse que a Praça do Cristo em 2009 e 2010 estava assolada pela incidência de bares vendendo bebidas para menores. Disse que no dia que foi realizada reportagem sobre os problemas existentes nesta área surgiu ações da PBH com fiscalização sanitária, fiscalização de alvará, juizado de menores, Polícia Civil do Estado de Minas Gerais entre outros. Lamentou a facilidade de uma criança em menoridade adquirir cigarro sem que a fiscalização da PBH se apresente para autuar tal situação. Disse que não há necessidade de que este plenário estivesse lotado de cidadãos e autoridades por entender que todos já têm conhecimento amplo da realidade existente nas regiões em tela nesta audiência pública. Lamentou que há muito tempo se solicita CRAS na região do Barreiro. Destacou que a ausência da PMMG e demais autoridades inviabiliza o questionamento de medidas que providenciassem soluções. Parabenizou os vereadores presentes por se mostrarem interessados em solucionar os problemas presentes. Solicitou à CMBH que audiências públicas fossem feitas nas localidades. Ângelo Geovani dos Santos representante da comunidade disse que a polícia civil e a polícia militar estão “acovardadas diante da realidade”. Disse que os presentes estariam mostrando a cara nesta reunião. Destacou que a PBH tem condições de solucionar os problemas relatados pois quando combatem os camelos que revendem produtos nas ruas sem alvará assim o faz. Destacou que a Região do Barreiro se encontra abandonada pela PBH. Júlio César de Meira Cunha agradeceu o convite que recebeu para comparecer a esta audiência pública. Disse que o prefeito determinou para que o mesmo viesse representando as autoridades da PBH convidadas. Ponderou que todos aqueles que deveriam estar discutindo este assunto deveriam estar presentes. O vereador Juliano Lopes perguntou qual cargo representava nesta audiência pública. Júlio César de Meira Cunha relatou que já esteve presente na CMBH em outro



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

encontro da extinta Comissão de estudos de combate às drogas. Disse que os presentes não deveriam agradecer a sua presença por não constituir esta um favor, mas sim uma obrigação. Destacou que a Guarda Municipal não tem as prerrogativas de ações da PMMG. Disse que o programa que coordena de enfrentamento às drogas se constitui: Preparar o profissional que lidará com o dependente químico, pois o profissional tem que saber se aproximar do dependente químico; centro de saúde e unidade de pronto atendimento - UPA são portas de entrada do dependente químico pela PBH para que ambas os encaminhe para os centros de referência em Saúde Mental - CERSAMs - onde os dependentes encontrarão acolhimento e posterior encaminhamento para trabalho. Disse que esse modelo de acolhimento está em fase experimental com patrocínio do Governo Federal; criação de grupos de trabalho para enfrentamento dos problemas decorrentes de álcool e drogas em todas as regionais para realização de discussões mensais; comissão local que envolve a comunidade onde participa, por exemplo, a Terra da Sobriedade; programas de prevenção às drogas em que a dependência química é discutida com os pais; criação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas onde tem como papel induzir a sociedade a discutir que rumos serão traçados em relação ao mundo das drogas; realização de pesquisa pela UFMG com as seguintes características: Qual o perfil do dependente químico, pesquisa realizada com usuários que tem moradia fixa quando se publicará o resultado desta pesquisa. Disse que há o serviço social e o serviço da saúde em relação ao mencionado da existência das "cracolândias". Disse também não possuir conhecimento das ações desses serviços de forma profunda. Disse que esses serviços são realizados no período noturno. Comprometeu-se a verificar o trabalho da mencionada equipe da Regional do Barreiro com relação à presença de andarilhos. José Márcio Silveira Rezende ponderou ser raríssima a intervenção da PBH no campo social. Destacou efetividade da PBH, por exemplo, na área de esporte. Júlio César



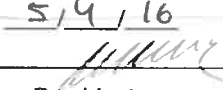
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de Meira Cunha destacou que os patrocinadores de eventos constituídos em grande parte por fabricantes de bebidas alcóolicas criaram constrangimentos para a PBH que não podia divulgá-los por entender que estaria induzindo a população a consumo de bebidas. Relatou que os CRAS em sua atuação são importantes no que tange a atenção às famílias. José Márcio Silveira Rezende informou a falta de CRAS na região do Cardoso. Júlio César de Meira Cunha relatou que quem sofre de fato com a dependência química é a família. José Márcio Silveira Rezende disse que somente há CRAS na Vila Cemig. Júlio César de Meira Cunha comentou o lançamento de Programa de Horta Comunitária. Anunciou a existência de vagas sobrando para este programa. Disse que tal programa acolhe não somente famílias de baixa renda quanto dependentes químicos. Falou da inserção no mercado de trabalho de dependentes químicos avalizados pelos CERSAMs. O vereador Marcio Almeida relatou seu conhecimento de trabalhadores da Empresa Consita que presta serviço à Superintendência de Limpeza Urbana - SLU - que eram dependentes químicos. Júlio César de Meira Cunha comentou a luta antimanicomial e os equacionamentos necessários na atualidade a esta luta. Ponderou que estudos têm sido desenvolvidos junto a comunidades terapêuticas em que reuniões tem sido realizadas e resultados vem sendo alcançados. Lamentou que determinado Programa Federal que libera recursos para o tratamento da saúde mental e que não funcionaria ainda nesta Capital por questões que tem ser trabalhadas pelas comunidades terapêuticas. Eduardo Soares comentou a existência de alunos dependentes químicos que são deliberadamente transferidos de uma escola para outra sem que essa transferência seja esclarecida à escola seguinte dessa situação. Relatou as consequências desses casos. Salientou a importância de se providenciar o preparo dos professores a aprenderem a lidar com tais situações. Júlio César de Meira Cunha esclareceu que as escolas estaduais não aceitam alunos em situação socioeducativa. Disse que foi criado um centro para tratamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

exclusivo de menores infratores. Informou os presentes seu telefone de contato: 32771791. Defendeu a importância de que esta audiência pública estivesse lotada. José Márcio Silveira Rezende falou da responsabilidade da PBH no enfrentamento em debate. Júlio César de Meira Cunha destacou a importância da participação popular. O vereador Juliano Lopes solicitou a Júlio César de Meira Cunha um relatório da PBH sobre as ações que têm sido promovidas no enfrentamento às drogas. Acrescentou solicitação de ações, em caráter de urgência à PBH com relação às ruas Antônio de Souza, Coronel Severiano e Praça José Verano. José Márcio Silveira Rezende disse que todos na região percebem o fluxo de andarilhos, usuários e dependentes químicos. O vereador Juliano Lopes relatou que num desses logradouros já pudera contabilizar um total de mais de 90 usuários que trafegavam tal qual verdadeiros “zumbis”. Disse que a região do Barreiro se encontra em abandono. Acrescentou que se nada for feito a situação ficará gravíssima. Solicitou o registro em ata destas solicitações. Lamentou que diante da realidade que se estabelece naquela região os vereadores são chamados de “omissos”. O vereador Márcio Almeida reassumiu a presidência e agradeceu a todos pelo comparecimento e pelas contribuições apresentadas. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 21h42min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>23/03/16</u>, não</p> <p>foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>5/4/16</u></p> <p></p> <p>Presidente</p>
